



AMAPÁ: CONFLITOS DE UM ESTADO AMBIENTALMENTE CONSERVADO

Jadson Luís Rebelo Porto

RESUMO

Um conjunto de ações políticas e econômicas nesta Unidade Federativa tem contribuído para a reorganização espacial do Estado do Amapá, dentre as quais se destacam: a proteção ao seu patrimônio natural com a criação de unidades de conservação; a industrialização de sua exploração mineral (caulim, ouro); a demarcação de reservas indígenas; as atividades do *Complexo Industrial do Jari*; a busca por alternativas embasadas na preocupação com o meio ambiente e com as comunidades da floresta; e a execução do Programa Governamental de Desenvolvimento Sustentável. Tais ações têm exigido outras reflexões sobre o processo de desenvolvimento econômico local. Este trabalho visa analisar os conflitos existentes entre um Estado protegido por áreas de conservação e indígenas e a necessidade de se criar alternativas para o seu crescimento econômico.

Palavras-chave: Amapá; Áreas de Conservação; Organização Geo-Econômica; Desenvolvimento Sustentável.

AMAPÁ: CONFLITOS DE UM ESTADO AMBIENTALMENTE CONSERVADO

Introdução

Até a década de 1940, a economia da área que corresponde ao atual Estado do Amapá caracterizava-se pela indústria extrativa da borracha, da castanha, do pau-rosa, da madeira, das sementes oleaginosas, pela exploração das minas de ouro e pela criação de gado, notadamente nos Municípios do Amapá e Mazagão, cujo mercado consumidor destes produtos se encontrava em Belém ou Caiena. Some-se a isso, a ocorrência do latifúndio pecuarista, principalmente no Município do Amapá, fornecendo alimento à base aérea norte-americana, durante a segunda guerra mundial.

Com a exploração do manganês no Amapá no período de 1957 a 1997, pela empresa Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), foram implantadas infra-estruturas (estrada de ferro, porto, rodovias e uma usina hidrelétrica), com apoio do Governo Federal, via

incentivos fiscais e aquisição de financiamento externo, visando a exportação daquele minério. Isso contribuiu para a criação de mecanismos para explorar as potencialidades minerais da Amazônia, sob a ação do capital internacional, bem como a ampliação das discussões sobre a participação desta região no mercado mundial como fornecedora de matérias-primas no pós-guerra.

Segundo Porto (2002), após a década de 1980 houve um conjunto de ações políticas e econômicas nesta Unidade Federativa que contribuíram para a sua reorganização espacial, dentre as quais se destacam: a proteção ao seu patrimônio natural com a demarcação de unidades de preservação, onde ao homem não é permitido explorar (Parque Nacional, Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Floresta Nacional), industrialização de sua exploração mineral (caulim, ouro); a demarcação de reserva indígena *Galibi*; a implantação de um Distrito Industrial em Santana e um Complexo Industrial no rio Jari e a sua transformação em Estado. Após a estadualização, as principais características econômicas deste Estado são: a continuidade da dependência às transferências federais; a retirada da ICOMI, pela exaustão do manganês; a demarcação de outras áreas indígenas e de unidades de conservação no Estado (sendo estas, possíveis de serem exploradas pelo homem); a busca por alternativas embasadas na preocupação com o meio ambiente e com as comunidades da floresta, exigindo outra reflexão sobre o processo de desenvolvimento econômico local; a execução do Programa Governamental de Desenvolvimento Sustentável no espaço amapaense, e a proposta da criação do Território federal do Oiapoque.

Este trabalho visa analisar os conflitos existentes entre um Estado protegido por áreas de conservação e indígenas e a necessidade de se criar alternativas para o seu crescimento econômico.

Transformação do Amapá em Estado: Conflitos entre Programas de Desenvolvimento e a Questão Ambiental

Enquanto Território Federal, o Amapá criou estruturas políticas, econômicas, sociais e administrativas internas que em muito contribuíram para a sua estadualização. Essas estruturas reforçam a interpretação de Ferreira Filho (1975, p. 57), ao indicar que essas Unidades Federativas são "*Estados em embrião*".

Com a Constituição de 1988, o Amapá passou a: adquirir autonomia e capacidade de se auto-organizar; elaborar sua própria constituição; se auto-governar; escolher seus representantes do executivo e legislativo, estadual e federal; criar sua Assembléia Legislativa; e fazer seus próprios planos de desenvolvimento. Dois programas de governo foram implantados após a estadualização. O primeiro foi o Plano de Ação Governamental (1992-1995), que procurou articular as políticas regionais com o contexto estadual, buscando o desenvolvimento do Amapá segundo a identificação e exploração racional de suas potencialidades, compatibilizando-as com a necessidade de minimização das distorções sociais existentes e a retomada do crescimento econômico, dando-se destaque ao incentivo ao turismo. Este Plano apresentou poucos resultados práticos.

O segundo foi o PDSA (1995-2002), que apresentou as principais transformações políticas, econômicas e administrativas do Estado. Sua importância está na sua continuidade por dois períodos de Governo de João Alberto Capiberibe (PSB), pela sua preocupação com as questões ambientais e sociais, pelo maior envolvimento dos movimentos sociais nas decisões administrativas locais, e pelo seu reconhecimento internacional. Por ter sido um governo de esquerda e oposição à elite política local, a implantação deste Programa foi lenta e, por eles, bastante criticada. Leoneli (2000) retrata as dificuldades existentes em tal processo.

As transformações espaciais e políticas que este Programa efetuou no Amapá podem ser analisadas em duas etapas, correspondentes aos dois períodos desse governo:

- PDSA - I (1994-1998). Como resultados deste Programa, destacam-se: 1) discussões metodológicas sobre um programa de desenvolvimento embasadas na preocupação com o meio ambiente, na valorização do meio local e na utilização da *Agenda 21* (estabelecida na *Eco-92*); 2) realização de novos pactos com os setores produtivos e políticos locais; 3) ampliação da divulgação do Amapá nas escalas nacional e internacional, a partir de uma administração preocupada com o meio ambiente e na divulgação de produtos regionais aos mercados interno e externo; 4) retomada do planejamento e da ação do Estado como principal incentivador ao desenvolvimento local; 5) melhorias na infra-estrutura: ampliação do fornecimento de energia termoelétrica de Oiapoque e Laranjal do Jari para 24 horas por dia; e ampliação do porto de Macapá (área de "contêiner" e do cais).
- PDSA - II (1999-2002). Apresentou como principais resultados: 1) maior conscientização política da sociedade local, com maior participação de movimentos sociais de ONG, associações e cooperativas (até então inoperantes ou inexistentes no contexto local); 2) incentivo às pesquisas, com levantamento das suas potencialidades, financiadas por agências de fomento nacionais e internacionais; 3) inserção no contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que possibilitou maior controle das contas públicas amapaenses; 4) ampliação do comércio de produtos regionais para o exterior; 5) melhorias na infra-estrutura: ampliação do fornecimento de energia elétrica com a instalação de mais uma turbina na UHCN e ampliação do porto de Macapá (área de contêiner e do cais); 6) normatização da questão ambiental no Estado; 8) o Zoneamento Ecológico e Econômico do Sul do Estado; 9) o diagnóstico do Setor Costeiro Estuarino.

Aspectos Ambientais: Características de uma Política de Defesa ao Meio Ambiente

Para melhor ordenar o uso racional das potencialidades do Estado do Amapá, três ações são de fundamental importância, pois identificaram áreas com potencial para investimentos, que devem permanecer protegidas, que dependem de pesquisa para exploração e a normatização do uso da biodiversidade estadual: O GERCO, o ZEE e a normatização sobre questão ambiental no Estado (notadamente as Leis Estaduais 388/97 e 686/2002).

O diagnóstico do *Setor Costeiro Estuarino Amapaense* teve início em 1998, com levantamento dos aspectos físicos, naturais, antrópicos, ambientais e sócio-econômico-culturais, e entrevistas com representantes de 171 comunidades que vivem no litoral e adjacências. Este diagnóstico encontra-se em fase de conclusão, com a realização de seminários na área estuarina, agrupando as comunidades, seus líderes e demais atores sociais responsáveis pela gestão desse espaço costeiro, a fim de construir uma proposta de zoneamento desse setor do litoral. Os projetos em execução pelo gerenciamento costeiro no Amapá são: a videografia digital aerotransportada, o zoneamento costeiro do setor estuarino, a avaliação físico-ambiental da região da Ilha do Bailique e, a hidrodinâmica e morfodinâmica da orla fluvial entre o Rio Vila Nova e o canal do Jandiá.

Outro programa que visa a organização econômica regional no Brasil e tem envolvido a *Política Nacional de Meio Ambiente*, é o ZEE. Seu objetivo é fornecer subsídios técnico-científicos para elaborar planos de ordenação do território. Concretiza-se, pois, na setorização de um dado espaço geográfico em sub-espacos ou zonas de intervenção, caracterizadas por similaridades e contrastes internos, no tocante a seus atributos ecológicos e sócio-econômicos. Os resultados dos estudos da estrutura e dinâmica dessas áreas fornecem os elementos para precisar objetivos, selecionar critérios, normas e padrões para a planificação das intervenções. No caso amapaense, os principais resultados foram o ZEE da região Sul do Estado (2001) e a cartografia da floresta de terra firme (Amapá/Guiana).

Quanto à normatização sobre a questão ambiental no Amapá, duas são aqui destacadas. A primeira é a *Lei Estadual nº 388*, de 10/12/1997, que disciplina o uso da biodiversidade, estabelece regras sobre o emprego de biotecnologias e da bioprospecção sobre a coleta de germoplasma; acesso aos recursos biológicos e genéticos continentais, costeiros, marítimos e insulares presentes no Amapá; conservação dos recursos, os direitos de propriedade intelectual, inclusive coletivos; participação das comunidades locais e dos povos indígenas nas decisões que tenham por objetivo os acessos aos recursos genéticos nas áreas que ocupam e nos benefícios econômicos e sociais decorrentes dos trabalhos de acesso a recursos genéticos localizados no Estado; e proteção e incentivo à diversidade cultural, valorizando-se os conhecimentos, inovações e práticas das comunidades locais sobre a conservação, uso, manejo e aproveitamento da diversidade biológica e genética. Esta Lei foi regulamentada pelo *Decreto nº 1.624* de 25/6/1999.

A segunda é a *Lei Estadual nº 686*, de 07/06/2002, que disciplina a política de gerenciamento de recursos hídricos do Estado, visando: o uso racional e integrado dos recursos hídricos; a prevenção e a defesa de eventos hidrológicos críticos de origem natural; combate à prevenção das causas e dos efeitos adversos dos riscos que possam causar danos ao bem estar da sociedade e ao meio ambiente; compatibilização do gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção ao meio ambiente; e a promoção de programas destinados à capacitação profissional e à pesquisa. Este Estado é constituído por 34 bacias hidrográficas, segundo o ZEE (1997).

Essas normatizações, aliadas às áreas de conservação existentes no Amapá (Quadro 01) e ao uso racional das potencialidades locais, reforçam o debate sobre as expectativas econômicas do novo Estado e a sua relação com o federalismo brasileiro, pois esta Unidade Federada continua sendo exportadora de matérias-primas.

QUADRO 01. ÁREAS DE CONSERVAÇÃO, DOCUMENTO DE CRIAÇÃO, ÁREA TOTAL E MUNICÍPIOS ABRANGIDOS NO ESTADO DO AMAPÁ

Áreas de Conservação	Documento de criação	Área (km ²)	Municípios abrangidos
Parque Nacional do Cabo Orange	Decreto nº 84.913 de 15/07/1980	6.190,00	Oiapoque e Calçoene
Estação Ecológica de Maracá-Jipioca	Decreto nº 86.061, de 02/06/1981	720,00	Ilhas de Maracá do Norte, Maracá do Sul e Jipioca, no Canal de Carapori, no Município de Amapá
Estação Ecológica do Jari (1)	Decreto nº 87.092 de 12/04/1982 e alterado pelo Decreto nº 89.440 de 13/03/1984	934,70	Laranjal do Jari e Amerim (PA)
Reserva Biológica do Lago Piratuba	Decreto nº 84.914, de 16/07/1980, alterado pelo Decreto Nº 89.932, de 10/07/1984	3.570,00	Amapá e Calçoene
Reserva Biológica de Fazendinha (2)	Decreto Nº 020 de 14/12/1984	19,35	Macapá
Reserva Biológica da Ilha do Parazinho	Decreto nº 005, em 1985	1,11	Arquipélago do Bailique
Reserva Extrativista do Rio Cajari	Decreto nº 99.145, de 12/03/1990	4.816,50	Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Mazagão
Floresta Nacional do Amapá	Decreto nº 97.630, de 10/04/ 1989	4.120,00	Amapá, Pracuúba e Ferreira Gomes
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru	Lei 392, de 11/12/1997	8.061,84	Laranjal do Jari, Mazagão
Área de Proteção Ambiental do Curiaú	Decreto nº 1417, de 1998	2.300,00	Macapá
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	Atos do Poder Executivo - Decreto de 22/08/2002	38.867,00	Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Calçoene e Oiapoque (AP) (3)
TOTAL		69.403,50	

Obs: (1) A área total da Estação Ecológica do Jari é de 2.271,26 km² e compreende terras paraenses e amapaenses; (2) Está em estudo a sua transformação em APA. (3) A participação dos municípios neste Parque são: Laranjal do Jari (53% de sua área municipal), Pedra Branca do Amapari (35%), Serra do Navio (72%), Calçoene (29%) e Oiapoque (39%).

A principal característica do Amapá no aspecto ambiental é a reduzida ação antrópica disseminada nos ecossistemas ali existentes, bem como uma taxa de desmatamento de apenas 4%. Esta limitada ameaça à cobertura vegetal do Estado não só resulta da fraca dinâmica do setor produtivo mas também da implementação do PDSA. É um dos Estados mais preservados da Amazônia, com 69.403,5 km² de áreas de conservação, correspondendo a 48,4% da área total do Estado. Acrescente-se, a isso, a demarcação de terras indígenas (14.965,39 km²), representando 10,4% do Estado (Quadro 02), totalizando 58,8% de área protegida.

QUADRO 02. SITUAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NO ESTADO DO AMAPÁ

Terras Indígenas	Documento de criação	Área (km²)	Situação	Municípios abrangidos
Galibi	Decreto nº 87.844, de 22/11/1982	66,89	Demarcada	Oiapoque
Juminá	Decreto de 21, de maio de 1992	416,01	Demarcada	Oiapoque
Uaçã	Decreto nº 298, de 29/10/ 1991	4.701,64	Demarcada	Oiapoque
Waiãpi.	Decreto nº 1775, de 23/05/1996	6.070,17	Demarcada	Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari
Parque Indígena de Tumucumaque	Decreto nº 51.043, de 25/07/1961; Decreto nº 62.998, de 16/07/1968; Decreto nº 82.263, de 13/09/1978; Decreto de 3/11/1997, retificada pelo Decreto de 27/07/2000.	3.710,68	Demarcada	Almerim, Óbidos, Oriximiná e Alenquer (PA); Laranjal do Jari (AP)
TOTAL		14.965,39		

Fonte: IBGE: Anuário Estatístico do Brasil - 1998; www.ibama.gov.br.

Obs: O *Parque Indígena do Tumucumaque* tem sua área total de 30.710 km². Esta área é destinada à posse permanente dos grupos *Apalaí, Wayána, Tiryó e Kaxuyána* e compreende terras paraenses e amapaenses. No lado paraense, a sua área corresponde a 27 mil km².

Feitas essas observações, questiona-se: quais foram os resultados da política do PDSA na busca de alternativas econômicas para o Estado?

Aspectos Econômicos: Limitações de Atividades e de Crescimento Local

Com a estadualização, as expectativas criadas pelas novas relações deste novo Estado com o federalismo brasileiro estimularam reflexões sobre sua nova realidade em um período de crise federativa, buscando ainda alternativas econômicas para seu sustento, preocupando-se com a proteção ao seu patrimônio natural e com sua comunidade autóctone.

a) Atividades Econômicas

Agricultura

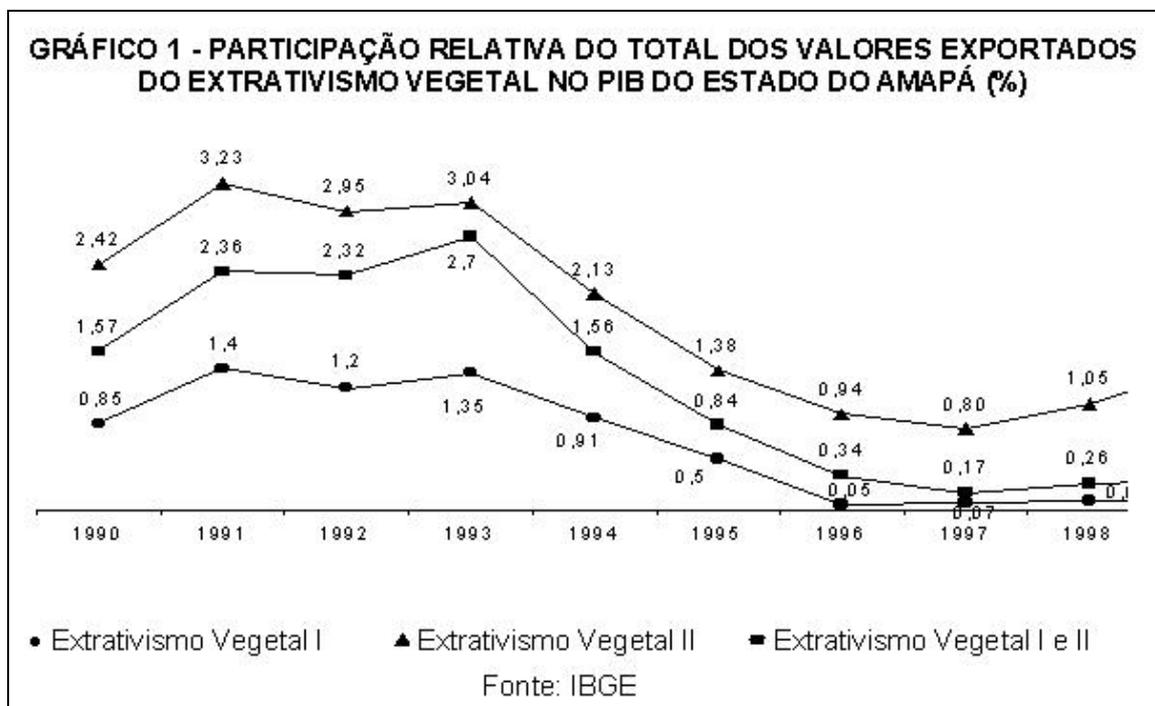
Segundo Romero, Kitamura & Kageyama (1999, p. 14), o Estado do Amapá "*não dispõe de estudos, diagnósticos e de estatísticas sistematizadas sobre a agricultura nem tampouco tem um sistema de planejamento ou acompanhamento da produção agrícola (além dos dados de levantamento sistemático da produção agrícola do IBGE)*". Essa situação dificulta a análise mais profunda sobre este setor.

Das informações disponíveis no IBGE, em 1996, a agricultura amapaense apresentou as seguintes características: reduzida tecnificação, o cultivo da mandioca apresentou-se como principal produto agrícola amapaense com 23,3% do total da área colhida no Estado e 32,1% do total do valor de produção da agricultura; seguida do dendê, com 37,8% e 20,2%; e da banana, com 7,5% e 7%, respectivamente.

Madeira

Dois aspectos devem ser ressaltados sobre o setor: o extrativismo vegetal e o seu beneficiamento. Até meados da década de 1990, a exploração era feita sem controle eficiente e sem a conscientização e pressão ambiental no contexto local, cujos produtos de maior destaque foram o açaí, a castanha, o palmito, borracha e principalmente a madeira em tora.

Analisando, somente, participação do total de valores exportados do extrativismo vegetal I (açai, castanha-do-Pará e palmito) e do extrativismo vegetal II (borracha, lenha e madeira em tora) no PIB estadual na década de 1990 apresentou um declínio de 2,4% para 1,4% (Gráfico 1), tendo sido este um reflexo do esgotamento dos produtos vegetais decorrente da sua exploração desenfreada e do beneficiamento desses produtos no Pará; da política de proteção, racionalização e uso da biodiversidade do PDSA; na maior fiscalização sobre as madeireiras e sobre o transporte da madeira em tora para as empresas localizadas no Pará; no maior controle sobre a exploração do açaizeiro e no fechamento de fábricas de palmito por questões sanitárias.



Por outro lado, o aproveitamento pelo Estado dos produtos do extrativismo vegetal I, enriqueceu a merenda escolar amapaense e é parte do programa de geração de renda do Governo. Segundo a *Revista Época*, somente com a compra da merenda escolar, ficaram R\$ 2,9 milhões na economia do Estado em 1998 ¹. Com isso, começou o processo de industrialização, trituração e secagem da castanha, permitindo experimentos na fabricação de geléias, óleo, sabão, sabonete e farinha. Para consolidar o processo na região, foi estimulada a organização da população local em cooperativas neste município, tais como a COMARU (*Cooperativa Agro-Extrativista da Reserva do rio Iratapuru*) e COMAJA (*Cooperativa Agro-Extrativista de Laranjal do Jari*) no Município de Laranjal do Jari. Além disso, foi criada a *Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDSI)*, com objetivo de possibilitar o desenvolvimento econômico sustentável e humano dos extrativistas através da produção de derivados da castanha e de outros produtos da biodiversidade local.

A COMARU chegou a produzir quase três toneladas de biscoito de castanha por mês em 1999, dos quais a maior parte era comprada pelo Governo do Amapá e enviada para a merenda escolar. Este biscoito apresentou-se nesse ano, como a principal fonte de renda dos castanheiros do Iratapuru, com mais de 300 quilos produzidos diariamente. Além disso, fornecem óleo à indústria paulista *Natura*, que utiliza o produto em sua linha de cosméticos *Ekos*, como também exportou, juntamente com a COMAJA, óleo da castanha para a empresa francesa *Provance Regine*, especializada em óleos finos para alimentação. ²

Na Resex do Rio Cajari, a população está organizada em torno da Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Cajari (ASTEX-CA), com objetivo principal de preservar a

floresta e garantir às populações locais a auto sustentabilidade dos recursos naturais, e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais da reserva. Nela, está sendo efetuado o processamento do palmito de açaí *in natura*. Esta atividade é executada pela *Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari* (COOPER-CA) e pela *ASTEX-CA*, com apoio do *Centro Nacional de Populações da Tradicionais* (CNPT/IBAMA) e financiado pela: *WWF*, *United States Agency for International Development - USAID*, *BMZ*, *Fundação Konrad Adenauer*, *Bankers Trust*, *PPG7* e *IBAMA*.

Além da castanha, há uma outra atividade de grande importância para a economia local: a exploração de açaizais (extração e beneficiamento do fruto e palmito e as suas comercializações). A importância do açaí está na sua utilização para a alimentação da população, tanto pelo seu fruto como pelo seu palmito. Segundo a *Gazeta Mercantil* de 4/2/2000, o palmito do Amapá foi o primeiro produto brasileiro a receber o certificado de integridade ecológica e biológica da União Européia (UE): o selo AB ("*Agriculture Biologique*") ³. Hoje, 3 fábricas de palmito atuam no Estado: duas no Rio Ipixuna, Distrito de Baillique, Município do Amapá (*Amazon Comercial Exportação e Importação S.A.*) e uma no Município de Santana (*Amazônia Indústria Alimentícia S.A.*).

Quanto ao setor industrial madeireiro, verifica-se um outro comportamento. De acordo com o Departamento de Indústria da SEICOM, em 1995, das 32 empresas legalizadas na época, passou-se a 265 existentes em 1999, um crescimento de 828%, com um percentual de aumento da geração de emprego de 952%. Desde 1999 está sendo estimulado o setor moveleiro pela indústria local, fomentada através da criação do Pólo Moveleiro e de parcerias para repasse de tecnologia, montando todo o mobiliário escolar e funcional estadual e exportando para a Guiana Francesa.

Uma outra atividade que afeta este setor e reforça a necessidade de discussões sobre a atividade madeireira e o meio ambiente, refere-se ao cultivo de culturas exógenas à região voltadas para a indústria de celulose. Duas empresas atuam no Amapá: a *Amapá Celulose S.A.* (AMCEL) e a *Jari Celulose*.

A AMCEL, criada em 1976, em Porto Grande, destinava-se à plantação de pinheiros, visando inicialmente fornecer cavaco de pinus para a fábrica de celulose do *Complexo Industrial do Jari*. Após 1997, ampliou seu mercado para o Japão, Europa (Suécia, Portugal e Espanha) e Estados Unidos. Em 1992, a Companhia Docas do Pará arrendou para a aquela empresa 6,3 hectares no retroporto, para a instalação de uma indústria que produz cavacos e atualmente representa 90% do volume das cargas movimentadas pelo porto, localizado em Santana.

Um dos fatos econômicos que têm trazido debates acirrados no Amapá foi a compra do patrimônio da AMCEL pela *Champion Papel e Celulose Ltda.* ⁴, em 1996, correspondendo a equipamentos industriais localizados no Município de Santana, e de mais de 400 mil hectares nos Municípios de Porto Grande e Tartarugalzinho, com 44 mil hectares de pinus, 31 mil hectares de eucalipto e 213 mil hectares de reserva legal e preservação permanente ⁵. Apesar das críticas no contexto social, no ano de 2000, a AMCEL posicionou-se como a 67ª maior empresa da Região Norte e a 2ª na categoria florestamento e reflorestamento ⁶, sendo ainda escolhida pelo Jornal *Gazeta Mercantil* como a melhor empresa do Estado do Amapá.

Com a instalação da *Champion*, estima-se que a empresa auxilie o Estado a tornar-se um importante pólo de tecnologia madeireira da Região Norte. O cavaco de madeira proveniente das coníferas e de eucaliptos cultivados e beneficiados pela AMCEL tem se apresentado como o principal produto de exportação do Estado (Tabela 01) desde 1996, cujo destino é a fábrica de celulose do *Complexo Industrial do Jari*.

TABELA 01 - PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES AMAPAENSES (%)

Produtos	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Madeira de coníferas	25,31	23,57	56,08	42,52	60,72	58,81	58,86
Cromo	12,49	4,04	8,42	8,84	17,46	28,12	25,68
Manganês	34,55	40,66	18,86	30,91	1,02	-	-
Palmito	7,42	8,11	7,22	10,27	1,94	11,65	7,66
Camarão	6,45	9,92	4,33	2,32	-	-	-

Fonte: SECEX: Exportação Brasileira por regiões - Estados Produtores (1995-2000)

Na bacia do rio Jari, houve os seguintes investimentos a partir do final da década de 1970: foi importado do Japão um conjunto industrial flutuante, compreendendo uma fábrica de celulose e uma usina termogeradora, instalada em 1978, na margem direita do Rio Jari, em Almerim (PA); plantação de arroz em São Raimundo (Almerim), no rio Amazonas; extração de caulim e bauxita refratária (esta última mina situa-se em Almerim); instalação de fábricas de beneficiamento para esses minérios; importação de maquinário para agilizar o desembarque de madeira para a fábrica de celulose; implantação de uma ferrovia de 68 km, com 2 locomotivas a diesel para o escoamento de madeira até a fábrica de celulose, que atualmente também transportam bauxita refratária da mina de Caracuru para a fábrica de calcinação (*da Mineração Santa Lucrécia*) e o Porto de Munguba para exportação; construção de silviculturas e *companies towns*. Saliente-se, contudo, que todos esses investimentos (exceto a mina de caulim) encontravam-se no Estado do Pará ⁷.

Com a venda da Jari Celulose S.A. e da mineradora CADAM ao Grupo CAEMI, em 1982, a bacia do Jari iniciou "*a Fase Antunes*" (1982-1999) (LINS, 2001, p. 221-288). Segundo a *Revista Gazeta Mercantil*, a *Jari Celulose*, no período de 1983 a 1998, esteve entre as 39 maiores empresas da Região Norte, chegando a posicionar-se na 6ª colocação geral (1984), na 8ª em termos de patrimônio líquido (alcançando a 3ª colocação em 1987) e na 20ª no ramo de celulose (posicionando-se na 4ª no período de 1987 a 1997).

Sob a influência desse complexo industrial, três aspectos políticos foram de fundamental importância para se organizar o espaço do Vale do Jari neste período: a criação do *Distrito Florestal-Industrial do Jari* e a criação dos Municípios de Laranjal do Jari (1987) e Vitória do Jari (1994). O primeiro foi sancionado pelo Decreto nº 88.607, de 09 de agosto de 1983, localizando-se entre o Pará e o Amapá, tendo uma área delimitada de 1,7 milhão hectares, pertencente a Almerim e ao antigo Município de Mazagão. Além da importância do setor comercial de Laranjal do Jari para o Vale e dos seus produtos vegetais (castanha-do-Pará), haveria também a mina de caulim em Vitória do Jari. Acrescente-se a isso, a proposta de criação do Estado do Jari, em 1980, pelo Deputado Federal Ruy Codo.

A bacia do Jari detém uma característica ímpar nos cenários regional e nacional no que tange aos aspectos econômicos e de política regionais. Possui áreas de conservação ambiental (*Estação Ecológica do Jari*, *Resex do Rio Cajari* e a *RDSI*) no limite com o Estado do Pará, sendo a *Estação Ecológica do Jari* possuidora de áreas no Amapá e no Pará, e um complexo industrial com uma fábrica de celulose, com plantio de eucalipto e pinhos em terras nos dois Estados para o consumo desta fábrica. No lado amapaense, o complexo industrial detém áreas de conservação e também está por elas cercado. Tal característica exige estudos mais aprofundados sobre como as relações políticas, sociais e econômicas desta área se insere no federalismo brasileiro atual.

A década de 1990 apresentou as seguintes características para esta bacia, além das acima citadas: ampliação da produção de caulim e calcinação da bauxita; aprimoramento da pesquisa florestal, pela empresa *Jari Celulose S.A.*, notadamente o eucalipto destinado à sua fábrica de celulose; realização de estudos para a construção da UHE de Santo Antônio; e criação do Município de Vitória do Jari.

O Governo do Estado também incentiva a biotecnologia e pretende atrair indústrias em segmentos novos do mercado, como insumos para agricultura (inseticidas naturais),

produção de fitoterápicos para a rede pública de saúde e processamento de óleos vegetais (copaíba e andiroba), para fins medicinais, cosméticos e alimentícios (castanha-do-Pará). Há, também, o estímulo para o consumo de frutas regionais (cupuaçu, açaí, bacuri, muruci, castanha-do-Pará, dentre outras) exploradas pelas cooperativas, principalmente no sul do Estado, na RDSI e na Resex do Cajari.

No plano da política regional para a região centro-sul do Estado do Amapá e o norte do Pará, encontra-se tramitando no Senado Federal, desde 18/8/1999, o PLS 00497/1999, de autoria do Senador Sebastião Rocha (PDT/AP), que autoriza o poder executivo a criar a *Região Integrada de Desenvolvimento do Amapá e Pará - RIAPA* e instituir o *Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Amazonas*, cuja área de atuação envolve os Municípios de Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Santana e Vitória do Jari, no Estado do Amapá. No lado paraense, os Municípios envolvidos são: Afuá, Almerim, Anajás, Belém, Breves, Chaves, Gurupá, Prainha e Monte Alegre.

A origem desse Projeto está baseada no reconhecimento da foz do Rio Amazonas pela *Secretaria de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento* e pela *SUDAM*, como uma das mais promissoras da Amazônia; pela sua contemplação no *Programa de Desenvolvimento Integrado da Amazônia (Eixo Equatorial-Atlântico)*; e nas orientações constitucionais dos seus artigos 21, item IX, 43 § 1o, I e II, e 48, item IV. Foi inspirada na Lei Complementar no 94/98, que autorizou o poder executivo a criar a *Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)* e instituir o programa especial de desenvolvimento do entorno do Distrito Federal.

Pesca

A abundância, a variedade e a qualidade dos peixes da foz do Amazonas estimulam empresas a explorar o seu potencial íctio. As mesmas estão instaladas em Belém desde 1969 (MELLO, 1985; LOUREIRO, 1985 e 1987; PAIVA, 1987) e em Macapá (na década de 1980), gerando conflitos entre as pescas artesanal e industrial. Essa área tem se mostrado de fundamental importância para o mercado mundial de pescados, entretanto, o acompanhamento sobre esta atividade no Estado do Amapá ainda necessita de estudos mais aprofundados, a fim de identificar-se e analisar-se a sua participação no cotidiano regional, nacional e internacional.

A falta de dados confiáveis se deve à fiscalização deficitária neste setor litorâneo; à insuficiência de melhores equipamentos e de contingente; bem como da à constante visita de navios pesqueiros artesanais e industriais oriundos do Pará, Maranhão, França e EUA, na foz do rio Amazonas, que destina a produção para suas regiões de origem (Quadro 03). Neste sentido, uma análise aprofundada sobre o fluxo de comercialização da fauna aquática e seus impactos geo-ambientais na área de estudo torna-se prejudicada.

QUADRO 03 - DESTINO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS PESQUEIROS DO ESTADO DO AMAPÁ

PRODUTO	DESTINO PRINCIPAL	FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO	UTILIZAÇÃO
Peixes Siluriformes (dourada, gurijuba, bagre, filhote)	São Paulo, Minas Gerais, Pará, Goiás, Brasília	Eviscerado e sem cabeça, postas, filé, lombo	Alimentação
Camarão regional	São Paulo	Congelado, descascado	Alimentação
Camarão rosa	Estados Unidos e Japão	Congelado	Alimentação
Grude de gurijuba	China, Hong Kong, Alemanha	Seco	Cervejas, vinho, colas, filmes
Abas de tubarão	Japão	Secas	Alimentação

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente, 1997, *apud* ISAACK *et al.* (1998, p. 112).

A extensão da costa do Amapá é de aproximadamente 650 Km e sua área de 67.518 Km², é caracterizada por grande biodiversidade, pelo seu elevado estoque piscoso e é subdividida em 2 setores. O primeiro é o costeiro atlântico ou oceânico, com 57.001 Km², que representa 84% da zona costeira amapaense e com menos de 10% da população do Estado. Compreende os Municípios de Calçoene, Amapá, Oiapoque, Pracuúba e Tartarugalzinho. O segundo, é o amazônico ou estuarino, com 10.517 Km², abrange os Municípios de Cutias, Itaubal, Macapá, Santana e Mazagão.

No Estado, é dominante o sistema de produção artesanal nas pescarias em águas estuarinas e marinhas. A frota industrial baseada em Santana operava principalmente na pesca de camarão, na década de 1980, com desembarques que chegaram a ultrapassar 600 toneladas/ano, compreendendo capturas do camarão-rosa (*Penaeus subtilis Pérez-Farfante*) e de outras espécies em menor escala, entre elas o camarão-branco e o camarão-de-sete-barbas, ambos encontrados em águas mais rasas e costeiras/estuarinas (ISAACK *et. al.* 1998). As empresas que atuaram na pesca industrial no Amapá foram: *Leal Santos Ltda*, *Equatorial Pesca e Exportação Ltda*, *Studart Pescados e Associados Ltda*. Na década de 1990, essas empresas se retiraram do Estado devido à diminuição da produção decorrente dos impactos ambientais da pesca de arrastão efetuadas pela frota.

Além do estoque camaroneiro, também são capturados no litoral amapaense, pela pesca industrial, a piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii Valenciennes*) e o pargo (*Lutjanus purpureus Poey*). A Piramutaba é um dos grandes bagres neotropicais, habitando todo o sistema fluvial da bacia amazônica, em especial os rios de águas barrentas, desde suas cabeceiras até a zona estuarina dos rios Amazonas e Pará, em torno da ilha de Marajó. Sua industrialização é em Belém. A pesca do pargo teve início na plataforma continental da Região Norte (Pará e Amapá) a partir de 1981. O seu beneficiamento ocorre em Bragança (PA) e sua produção é transportada para Fortaleza (CE) em caminhões frigoríficos.

Outra área piscosa é a dos lagos localizados na faixa costeira estadual. Cujas atividades foram estimuladas com a implantação de fábricas de gelo nos Municípios de Amapá, Calçoene e Tartarugalzinho, objetivando o acondicionamento do peixe para venda em Macapá e as empresas pesqueiras ali instaladas.

Mineração

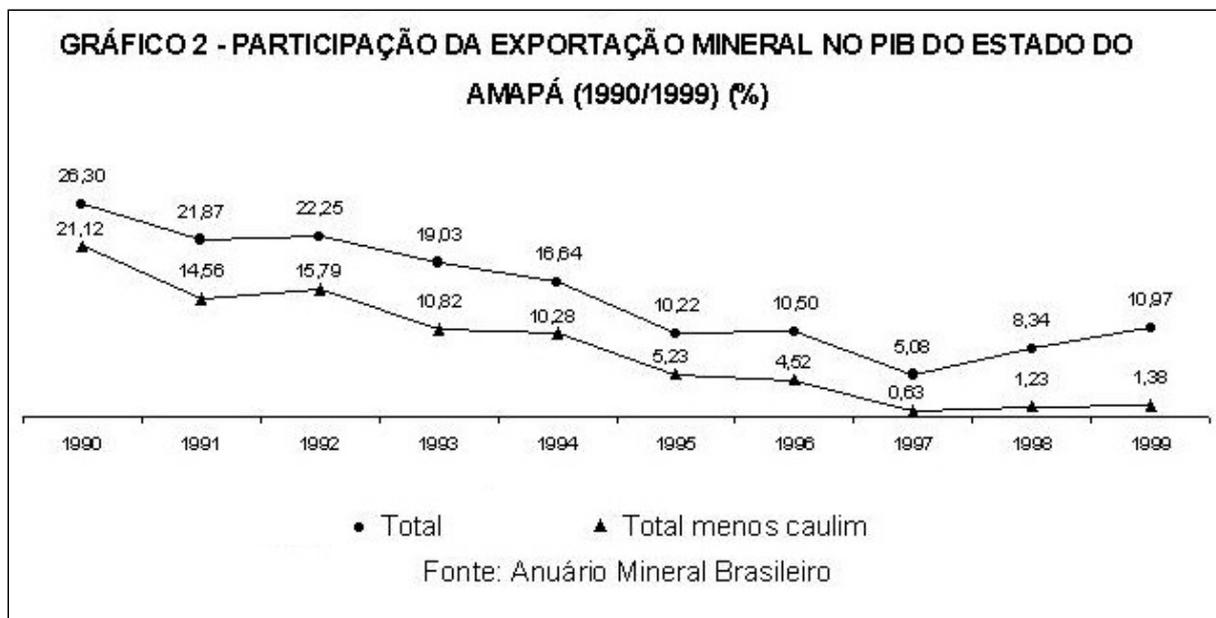
A mineração na década de 1990 apresentou forte declínio de sua participação no PIB estadual, decorrente da saída de empresas exploradoras de ouro e do manganês; da exportação do caulim e expansão da empresa exploradora deste mineral, a *Caulim da Amazônia S.A. (CADAM)* na bacia do Jari, posicionando o Estado do Amapá em destaque no cenário econômico nacional; extração aurífera por processo mecanizado; e participação de destaque da cromita na exportação nacional. Contudo, há que ressaltar que sua fábrica de beneficiamento de caulim situa-se no Pará, enquanto a mina localiza-se no Amapá.

Computando-se, somente, os dados referentes à exportação mineral desta década como amapaenses, constata-se que, em 1990, este setor foi responsável por 26,3% do PIB estadual e teve um comportamento de queda para 11% em 1999. Até 1997, os minérios que participaram da exportação amapaense foram manganês, caulim, ouro e cromita. Após 1998, somente o caulim e a cromita foram exportados. Embora haja garimpos auríferos, não foram registradas as quantidades por eles exportadas. Por outro lado, considerando que a CADAM está em terras paraenses e que seus registros se referem ao Pará, o comportamento do setor mineral amapaense excetuando-se o caulim, apresentou declínio mais intenso para o período de 1990 a 1999, de 21,12% para 1,38% do PIB estadual (Gráfico 02).

De 1979 a 2000, a CADAM, exportando o caulim amapaense para a Bélgica, Itália, EUA e Japão, fez com que o Brasil se destacasse no mercado mundial. Esta empresa, no período de 1984 a 2000, ficou na 33ª posição das 100 maiores empresas minerais do Brasil, chegando a situar-se em 12ª lugar no biênio de 1996 a 1997, segundo a *Revista Brasil Mineral*. De acordo com a *Revista Gazeta Mercantil*, entre 1983 e 2000, ela também figurou: a) em escala nacional, como a 6ª maior mineradora de minerais não ferrosos, a 11ª em

patrimônio líquido e a 19ª mais rentável; b) no aspecto regional, entre as 34 maiores empresas da Região Norte.

Tal situação mostra a importância e as implicações do beneficiamento desse minério para o Amapá, se o mesmo de fato se desse em seu território. Comparando-se o gráfico 1, com o total da exportação mineral menos o caulim do gráfico 2, verifica-se que o intenso declínio do setor mineral chega ao final da década com participação relativa inferior ao do extrativismo vegetal I e II, que registrou 1,4%, para 1999.



Quanto à cromita ⁸, as maiores reservas brasileiras localizam-se na Bahia (62,8%), Amapá (32,1%) e Minas Gerais (5,1%). No Amapá, as informações sobre a ocorrência deste minério, bem como a previsão de sua industrialização, são registradas desde 1950 ⁹. Classificado como tipo metalúrgico, encontra-se no Igarapé do Breu, Município de Mazagão, no extremo sul do Estado. Contudo, a primeira exportação amapaense deste minério foi de 29.951 toneladas, correspondendo a 14,3% da nacional, em 1988. Em 2000, exportou 142.486 toneladas, sendo responsável por 99,97% da exportação nacional deste minério, segundo o *Anuário Mineral Brasileiro*. A participação média quinquenal de suas exportações no total nacional foi: de 1988 a 1991, 17,1%; de 1992 a 1996, 35,7% e de 1997 a 2000, 66,7%.

A exploração deste minério foi realizada pela *Companhia Ferro Liga do Amapá* (CFA) desde 1988, instalada na mesma área industrial da ICOMI. Devido a isso, esta empresa situou-se entre as 35 maiores do setor mineral brasileiro entre 1990 e 1995 e como a 6ª maior em 1993, segundo a *Revista Brasil Mineral*. Na realidade este ranking corresponde à CFA, pois industrialmente, a cromita foi por ela beneficiada no Amapá desde 1986, e exportado para a Noruega e Suécia. Esse empreendimento inicialmente foi responsável pelo aproveitamento do minério de ferro explorado no Distrito de Vila Nova (Mazagão), cuja produção da liga de ferro e cromo era beneficiada através do processo de peletização. No início da década de 1990 esta fábrica foi readaptada para o processo de sinterização do manganês, porém as dificuldades de mercado, altos custos e pequena escala de produção levaram-na a paralisar suas atividades em 1996.

A CFA posicionou o Estado do Amapá como o segundo maior produtor brasileiro de concentrado de minério de cromo, chegando a ser a 13ª maior empresa no Brasil no setor de ferroliga em 1995 ¹⁰ e a 77ª maior empresa do setor mineral brasileiro em 1996, de acordo com a *Revista Brasil Mineral*.

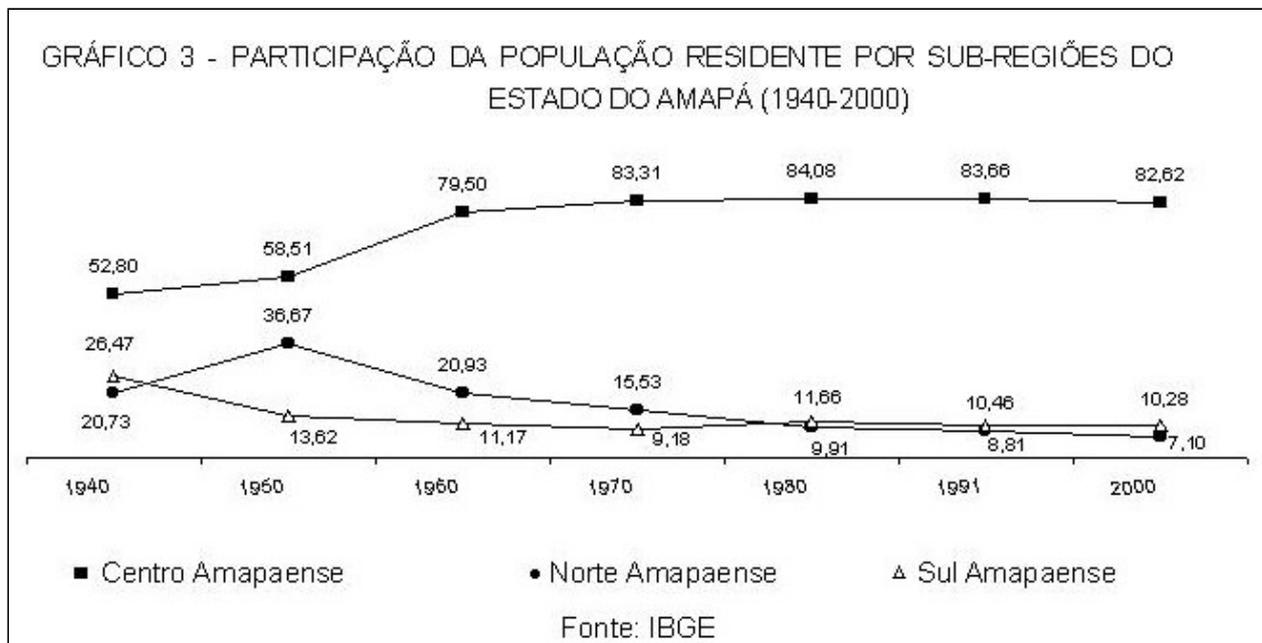
Em 1998, as operações e os direitos minerários da cromita foram arrendados pelo grupo norueguês *Elkem ASA*, através da *Mineração Vila Nova*, após constatar que a reserva mapeada em mais de 2 milhões de toneladas garantiria, de forma estratégica, a matéria-prima para as usinas subsidiárias desse grupo norueguês. Esse grupo escolheu como base as reservas amapaenses devido à associação entre reserva disponível e seu alto teor de óxido concentrado. Com a exaustão das minas cubanas, o Brasil se tornou o único país na América com reservas descobertas de cromo, que atualmente somam 6 milhões de toneladas - 63% delas na Bahia, 32% no Amapá e o resto em Minas Gerais e Goiás.

Aspectos Sub-Regionais: Concentração Populacional e Crescimento Desordenado

Após a década de 1940, três áreas geo-econômicas se destacaram na organização espacial amapaense (PORTO, 2002): o Norte, o Centro e o Sul. Suas delimitações correspondem às dos municípios originais deste ex-Território Federal: Amapá, Macapá e Mazagão. A área Norte é formada atualmente por Amapá, Calçoene, Oiapoque e Tartarugalzinho; a do Centro, por Macapá, Ferreira Gomes, Porto Grande, Itaubal, Cutias, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba, Serra do Navio e Santana; e a Sul, por Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari.

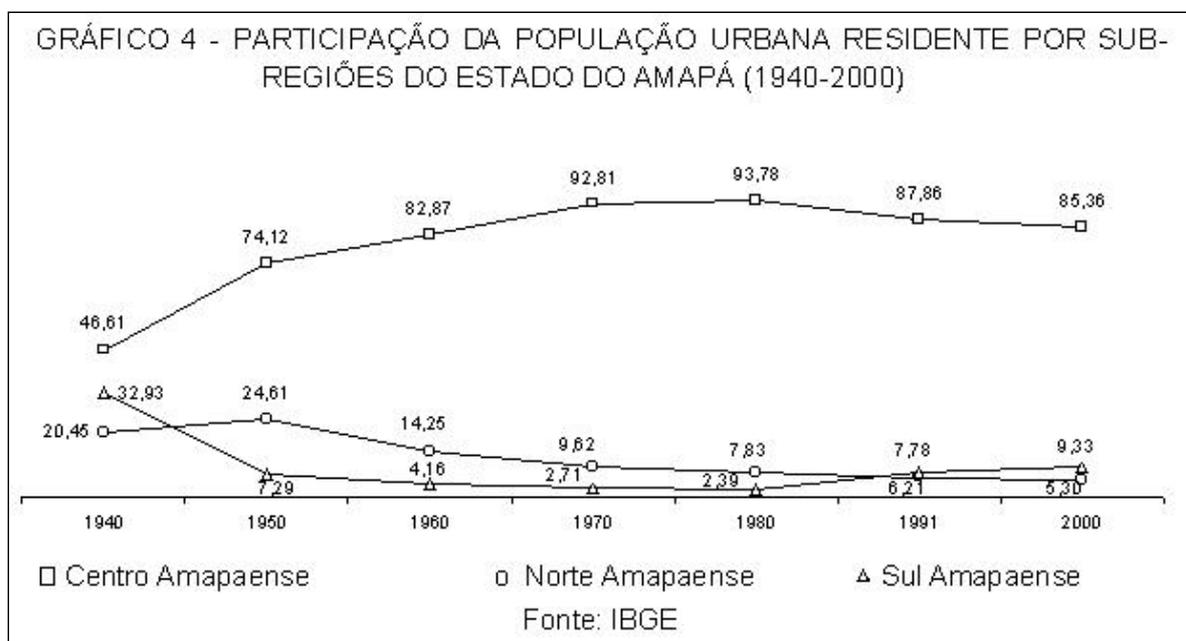
O Norte Amapaense teve duas atividades econômicas em destaque na década de 1940: o garimpo no Cassiporé e a base aérea norte-americana. Esta atuou no período de 1941 a 1948, atraindo cinco mil trabalhadores, cujos salários ajudaram a estimular um comércio de mantimentos (com grande variedade de enlatados vindos diretamente das indústrias norte-americanas). A base também estimulou um intercâmbio comercial e de entretenimento (cassino e bares) entre a companhia militar, os fazendeiros amaparinos (com a venda de gado para alimentação da tropa) e os proprietários de embarcações, para transporte de material de construção e de gêneros alimentícios vindos de Belém. Acrescente-se, a construção de vilas residenciais com esgoto, instalações elétricas, água encanada e prevenção de incêndio (BARRETO, 2000, p. 155-169). Possivelmente a indicação desse Município para a capital do Território Federal, em 1943, foi fundamentada na influência dessa base aérea na região, que tem forte influência do exército, por estar na área de fronteira.

Atualmente, o Norte Amapaense é detentor dos menores índices demográficos do Estado (Gráfico 03) e sua economia baseia-se no extrativismo e na pesca, em área que corresponde a 36,9% do Estado. Após a década de 1980, começaram as demarcações de terras indígenas (3,6% de sua área) e de unidades de conservação (16,4%) neste sub-espaço, contribuindo para que este se apresente como o mais protegido, seja por demarcações institucionais, seja pela atuação militar na fronteira.



O Centro Amapaense possui os maiores índices demográficos e a maior urbanização (Gráficos 03 & 04). Sua economia baseou-se na extração mineral a partir da década de 1950, com o garimpo da cassiterita no período de 1951 a 1966 (ANDRADE, 1989) e na exploração manganésifera pela ICOMI (1957-1997). Após a década de 1970, indústrias de transformação foram implantadas, sendo algumas dessas instaladas na década seguinte, com a implantação do Distrito Industrial em Santana. No início da década de 1990, foi criada a *Área de Livre Comércio de Macapá e Santana*, estimulando a comercialização de produtos importados.

Ressalte-se também a atuação do Grupo CAEMI, nesta sub-região, exercendo ampla participação na política e na economia amapaenses até meados da década de 1990, seja influenciando na emancipação de municípios (Santana, em 1987 e Serra do Navio em 1992), seja pela diversificação de suas atividades locais, ou ainda, investindo em infra-estrutura, como nos casos das duas "*companies towns*" (Serra do Navio e a Vila Amazonas); da ferrovia ligando a mina, na Serra do Navio, ao porto de Santana; da UHCN; da ampliação da área portuária em Santana; e da malha rodoviária.



No Sul, detentor de 32,6% da área do Estado, destacam-se as atividades do Coronel José Júlio; de empresas extrativistas, como a *Jari Indústria e Comércio Ltda.*, pertencente a um grupo de empresários portugueses; bem como a implantação de um complexo industrial na região do Jari (uma fábrica de celulose, uma fábrica de beneficiamento de caulim e outra de bauxita refratária).

Considerações Finais

A década de 1990 foi a década das discussões e inserções do debate sobre o meio ambiente nos diversos níveis de governo e nas estratégias econômicas das unidades federadas brasileiras. No caso amapaense, a primeira vista de alguém que analisa o mapa do Estado é a constatação de extensas áreas de unidades de conservação e de reservas indígenas. Se for acrescido, nesta análise, as áreas de marinha, a faixa de fronteira (de influência direta do exército brasileiro) e a áreas federais (de influência direta do INCRA), em detrimento às suas áreas estaduais, constata-se que menos de 20% são de terras pertencentes ao Estado do Amapá, de fato.

Os conflitos existentes no Amapá sobre o uso e a ocupação do seu espaço são originados nas delimitações de competências institucionais, que ainda não conseguiram definir políticas voltadas para o crescimento econômico do Estado, mas sim, preocuparam-se em manter o diálogo entre "*mudos e surdos*" para evitar mudanças. Como exemplo desta situação é a inexistência de planos de manejo nas unidades de conservação localizadas em terras amapaenses.

Ao se observar os dados existentes sobre a participação econômica do Amapá no contexto brasileiro, percebe-se que o potencial natural amapaense tem garantido a acumulação de capital de diversos empreendimentos e que se destacaram no cenário nacional (notadamente no ramo da exploração mineral), porém a herança deixada pelo esgotamento corresponde a um alto preço social que a sociedade local paga até hoje.

Por outro lado, há vários empecilhos que contribuem para inibir análises sobre a economia do Estado do Amapá, dentre as quais se destacam as dificuldades, confiabilidade e a acessibilidade de dados sobre esta Unidade Federativa. No setor pesqueiro, por exemplo, têm-se a captura do pescado por embarcações de outras unidades subnacionais (e com casos de embarcações com bandeira de outros países - EUA, Japão), que registram a produção da captura em sua origem; bem como a falta de fiscalização, decorrente da extensão do seu litoral (650 km) aliado ao reduzido corpo de fiscais e de equipamentos capazes de garantir a proteção do potencial ictiíco das águas amapaenses.

No mineral, tem-se que aprofundar as discussões sobre a relação federalista entre os Estados do Amapá e o Pará no que tange à exploração do caulim, no município de Vitória do Jari (AP), o seu beneficiamento, a sua exportação e a sua participação fiscal na bacia do rio Jari. Ressalte-se, também, a necessidade de melhorar a fiscalização da exploração aurífera, a fim de se registrar a sua real produção, exportação e contribuição fiscal para o Estado. No madeireiro, é necessário aprimorar as análises sobre a cadeia produtiva deste setor no Estado; aperfeiçoar a fiscalização da extração florística estadual sobre a comercialização das frutas regionais nas feiras locais, da madeira em tora e beneficiada para exportação, e das plantas medicinais (patentelização).

Um outro aspecto a ser levado em consideração, refere-se ao movimento migratório. Com a estaduaização, este movimento ampliou-se devido aos seguintes aspectos: criação do Estado do Amapá, gerando expectativas de novas oportunidades de emprego e acesso a

terras; a implantação da área de livre comércio de Macapá e Santana, estimulando o comércio de produtos importados e aumentando a economia informal com "sacoleiros"; e a "fábrica de votos", gerenciada por candidatos em campanhas eleitorais para Deputados Federais e Estaduais, bem como para o Senado, que estimulavam a ocupação de áreas prometendo a regularização das terras assim que eleito. Neste último caso, destaques são feitos ao migrante maranhense, incentivados pela atuação de José Sarney, como Senador pelo Amapá.

Neste sentido, para suscitar maiores discussões sobre alguns dos conflitos existentes na realidade amapaense, dois questionamentos ainda estão para ser respondidos, são eles: Qual é o impacto da existência de áreas de conservação e indígenas na organização espacial e econômica do Estado do Amapá? Poderá o Estado expandir-se em direção à sua fronteira ou permanecerá concentrado no eixo Macapá/Santana?

NOTAS

1. <http://www.epoca.globo.com/edic/ed220299/brasil5.htm>
([VOLTAR AO TEXTO](#))
2. <http://amapa.gov.br/seicom/ind-extraoleo.htm>
([VOLTAR AO TEXTO](#))
3. <http://www.amapa.gov.br/re-palmito.htm>
([VOLTAR AO TEXTO](#))
4. A Champion Papel e Celulose Ltda. começou sua história no Brasil em 1960, quando instalou uma fábrica de celulose em Mogi Guaçu (SP). Em 2000, ocorreu a fusão entre a International Paper e a Champion International Corp. A Champion brasileira passou a integrar o Grupo da International Paper e em consequência dessa aquisição, a razão social da Champion Papel e Celulose Ltda. foi alterada para International Paper do Brasil Ltda., surgindo a maior empresa de papel e produtos florestais do mundo. Este Grupo é formado atualmente pela International Paper do Brasil Ltda., em Mogi Guaçu (SP); Inpacel - Indústria de Papel Arapoti S.A., em Arapoti (PR); Amcel - Amapá Florestal e Celulose S.A., em Santana (AP); além das subsidiárias florestais: Chamflora Mogi Guaçu Agroflorestal Ltda., Mogi Guaçu (SP), Chamflora Três Lagoas Agroflorestal Ltda., Três Lagoas (MS), Chamflora Amapá Agroflorestal Ltda., Santana (AP), Inpacel Agroflorestal Ltda., Arapoti (PR).
([VOLTAR AO TEXTO](#))
5. Até 2006, a AMCEL pretende plantar mais de 100 mil hectares de eucaliptos nas áreas de cerrado do Amapá. Tal objetivo tem sido alvo de críticas por representantes governamentais, seja para defender o uso da terra no incentivo à agricultura local e manter a população no campo, seja nas discussões sobre os impactos ambientais dessa cultura no Estado.
([VOLTAR AO TEXTO](#))
6. Revista Gazeta Mercantil: Balanço Anual, 2000.
([VOLTAR AO TEXTO](#))
7. Várias são as obras que analisam a trajetória do Projeto Jari, dentre elas destacam-se: SAUTCHUCK (1980); GARRIDO FILHA (1980); SILVEIRA (1981); PINTO (1987); CARNEIRO (1988); e LINS (1997 e 2001).
([VOLTAR AO TEXTO](#))
8. O uso final mais importante do cromo é na produção do aço inoxidável e o de maior aplicação tecnológica é o das superligas, sendo que no Brasil, a utilização deste minério

destina-se às indústrias de metalurgia (ferro-ligas), química e refratários.

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

9. Decreto 30.485, de 30 de janeiro de 1952; (URECH, 1955).

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

10. Revista Gazeta Mercantil: Balanço Anual, 1995 e 1996.

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBANO, Mauro. *Castanha do Pará eleva a renda em uma cidade do Amapá*. In: **Jornal Folha de São Paulo. Folha Agroindústria**. São Paulo, 09/10/2001.

ANDRADE, Manoel Correa de. **A Cassiterita nas regiões Norte e Nordeste do Brasil**. Recife: CNPq, 1989.

BARRETO, Cassilda. **Pássaros Máquinas no céu do Amapá**. s.l.: s.ed., 2000.

BARTHEM, Ronaldo, GOULDING, Michael. **Os bagres balizadores: ecologia, migração e conservação de peixes amazônicos**. Tefé (AM), Brasília: Sociedade Civil Mamirauá/CNPq, 1997.

CARNEIRO, Glauco. **Jari: uma responsabilidade brasileira**. São Paulo: Lisa, 1988.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

GARRIDO FILHA, Irene. **O Projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia**. Petrópolis: Vozes. 1980.

GEA. Governo do Estado do Amapá, Governo do Estado. **Anuário Estatístico do Amapá**. (1995-2000)

GEA. Governo do Estado do Amapá, Governo do Estado. Lei nº 388, de 10 de dezembro de 1997. *Dispõe sobre o controle do acesso à biodiversidade do Estado do Amapá*.

GEA. Governo do Estado do Amapá, Governo do Estado. Lei nº 686, de 07 de junho de 2002. *Dispõe sobre a política de gerenciamento de recursos hídricos do Estado*.

IBGE. **Anuário Estatístico Brasileiro (1960-1971)**

ISAACK, Victória J., ARAÚJO, Ana Rosa, SANTANA, João Vicente. **A pesca no Estado do Amapá: alternativas para seu desenvolvimento sustentável**. Macapá: SEMA/GEA-BID. 1998.

LEONELI, Domingos. **Uma sustentável revolução na floresta**. São Paulo, Viramundo. 2000.

LINS, Cristóvão. **Jari: 70 anos de história**. 3a ed. Rio de Janeiro: Dataforma. 2001.

LINS, Cristóvão. **Jari e a Amazônia**. Rio de Janeiro: Dataforma, 1997.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **As estratégias recentes de desenvolvimento do Amapá: das instalações da ICOMI à implantação da Área de Livre Comércio**. Florianópolis: UFSC/PPGG, 1998. (Dissertação de Mestrado).

PORTO, Jadson Luís Rebelo.e COSTA, Manoel. **A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana: questões geoeconômicas**. Macapá: O Dia. 1999.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais** (1943-2000). Campinas: IE/UNICAMP. 2002. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Wilson Cano.

ROMERO, Ademar R.; KITAMURA, Paulo C.; KAGEYAMA, Paulo. **Propostas do setor rural no PDSA**. Campinas: IE/UNICAMP. 1999.

SAUTCHUK, Jaime, CARVALHO, Horácio Martins de, GUSMÃO, Sergio Buarque de. **Projeto Jari: a invasão americana**. São Paulo: Brasil Debates. 1980.

URECH, Edouard. **Esboço do Plano de Industrialização do Território Federal do Amapá**. Macapá: s. ed., 1955.

INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

Jadson Luís Rebelo Porto

Doutor em Economia Aplicada; Professor de Geografia da Fundação Universidade Federal do Amapá. Diretor do Departamento de Pesquisa da Fundação Universidade Federal do Amapá.

jadsonporto@uol.com.br

<http://sites.uol.com.br/jadsonporto>

SUMÁRIO

OLAM - Ciênc. & Tec.

Rio Claro
ISSN 1519-8693

Vol 3

nº 1 p. 28 - 51
www.olam.com.br

Setembro / 2003